



CÂMARA DOS DEPUTADOS

PROJETO DE LEI N.º 2.227, DE 2020

(Da Sra. Greyce Elias)

Altera o Estatuto do Garimpeiro para prever a criação de um cadastro único nacional e a emissão de carteira de identificação.

DESPACHO:

APENSE-SE À(AO) PL-5213/2019.

APRECIÇÃO:

Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário

PUBLICAÇÃO INICIAL

Art. 137, caput - RICD

O CONGRESSO NACIONAL DECRETA:

Art. 1º. O art. 11 da Lei nº 11.685, de 2 de julho de 2008, que institui o Estatuto do Garimpeiro e dá outras providências, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 11. Fica assegurado o registro do exercício da atividade de garimpagem em cadastro único nacional a ser elaborado e mantido pelo Ministério das Minas e Energia e a expedição de carteiras de identificação de garimpeiro.” (NR)

JUSTIFICATIVA

A elaboração de um cadastro único de garimpeiros facilitará a elaboração de políticas públicas voltadas especificamente para esta categoria profissional. Em situações como o pagamento do auxílio emergencial de R\$600, o cadastro único tornaria o acesso ao benefício mais rápido e eficiente.

Sala das Sessões, em de abril de 2020

**Deputada GREYCE ELIAS
AVANTE/MG**

LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA

Coordenação de Organização da Informação Legislativa - CELEG

Serviço de Tratamento da Informação Legislativa - SETIL

Seção de Legislação Citada - SELEC

LEI Nº 11.685, DE 2 DE JUNHO DE 2008

Institui o Estatuto do Garimpeiro e dá outras providências.

O VICE - PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no exercício do cargo de **PRESIDENTE DA REPÚBLICA**

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

CAPÍTULO III
DOS DIREITOS E DEVERES DO GARIMPEIRO

Seção I
Dos Direitos

Art. 11. Fica assegurado o registro do exercício da atividade de garimpagem nas carteiras expedidas pelas cooperativas de garimpeiros.

Seção II
Dos Deveres do Garimpeiro

Art. 12. O garimpeiro, a cooperativa de garimpeiros e a pessoa que tenha celebrado Contrato de Parceria com garimpeiros, em qualquer modalidade de trabalho, ficam obrigados a:

- I - recuperar as áreas degradadas por suas atividades;
 - II - atender ao disposto no Código de Mineração no que lhe couber; e
 - III - cumprir a legislação vigente em relação à segurança e à saúde no trabalho.
-

FIM DO DOCUMENTO
